

presidente José Sarney sugeriu ao arquiteto Oscar Niemeyer, durante jantar no Palácio do Jaburu, na noite de 2ª feira, que o monumento em memória de Tancredo seja construído no lugar do mastro da bandeira na praça dos Três Poderes. "Poderia ser uma pira", justificou, que, lembrasse para sempre os compromissos democráticos assumidos pelo presidente Tancredo Neves. Como alternativa, Sarney levantou a hipótese de se aproveitar a área do Parque da Cidade para se construir o monumento. Ele acha que à semelhança de memorial existente em Washington, o Parque poderia servir à instalação de monumento que homenageasse os nossos antepassados ilustres.

SÍMBOLO DE AUGUSTO MÉDICI

MARIA DO ROSARIO CAETANO
Repórter Especial

A sugestão do presidente Sarney ao arquiteto Oscar Niemeyer, no sentido de se usar o espaço do mastro monumental, suporte da bandeira brasileira, como alternativa para a construção de um monumento à memória de Tancredo Neves, traz à toa muitos questionamentos.

O primeiro e maior deles diz respeito à função do monumento cívico, inaugurado no dia 1º de setembro de 1972, quando o País vivia o auge do ufanismo verde-amarelo disseminado pelo Governo Médici. Para muitos, com a Nova República, perde sentido manter o Monumento ao Pavilhão Nacional, construído em dimensões tão faraônicas.

Quando o mastro monumental foi inaugurado, Oscar Niemeyer lamentou as "deturpações" que o plano original de Brasília vinha sofrendo, cada vez com mais intensidade. No Governo Médici (o Distrito Federal era administrado por Hélio Prates da Silveira) tornaram-se constantes alterações no plano piloto de Brasília. Além do mastro, foi construído o Centro de Convenções, e uma dezena de grandes edifícios. Para nenhum destes projetos, Niemeyer foi consultado. Suas relações com os governos militares abalou-se, após a construção do Aeroporto Internacional, que preferiu ousado projeto do criador de Brasília.

O arquiteto Sérgio Bernardes passou, então, a ocupar no Governo Médici o espaço que Niemeyer ocupou no Governo JK. Conta-se, porém, que durante o Governo Figueiredo, sugeriu-se a Niemeyer a construção de um mastro mais adequado à concepção plástica da Praça dos Três Poderes. Tal obra substituiria o mastro de Sérgio Bernardes. Oscar não aceitou a incumbência, argumentando que não tomaria atitude que fosse prejudicial a um colega de profissão.

Não foi possível, ainda, confirmar esta história com Niemeyer. Só hoje anunciará detalhadamente os resultados de seus entendimentos com o presidente José Sarney. Resta saber se, com os ventos da Nova República, se interessará em substituir o mastro por um monumento a Tancredo Neves.

PAVILHÃO

Em agosto de 1972, ano do Sesquicentenário da Independência, os meios de comunicação anunciaram que, em breve, "o País veria tremular, a cem metros de altura, pairando acima de qualquer edificação e oferecendo, de qualquer ponto da cidade, a visão simbólica de nossa autonomia política-cultural: a bandeira brasileira".

Esta portentosa e simplista visão da autonomia de um povo estava colocada sobre um mastro monumental, inaugurado no primeiro dia de setembro, durante a Semana da Pátria.

De acordo com os valores da época — tempo da Transamazônica, da Ponte Rio-Niterói e do Mobral — Bernardes construiu um monumento de dimensões faraônicas. O mastro é formado

por 24 hastes, de cinco seções de diferentes diâmetros — de 40 centímetros na base, de 30, de 20, de 16 e de 10 centímetros no topo — e ligadas por 16 anéis. Convergem as 24 hastes, a 86 metros do chão, em uma só haste final, totalizando 100 metros todo o mastro.

A bandeira mede 286 metros quadrados. O conjunto é iluminado por 12 projetores de dois mil watts, ligados a uma fotocélula que os acende, automaticamente, ao pôr-do-sol e os apaga, ao amanhecer.

Na base do mastro estão registrados os seguintes dizeres: "Sob a guarda do povo brasileiro, hesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto-visão permanente da Pátria".

Em torno do Monumento ao Pavilhão Nacional organizou-se, até 1982, portanto durante 10 anos, minucioso projeto de culto cívico. No primeiro domingo de cada mês, um dos ministérios militares dirigia a solenidade de troca da bandeira. Para dar à cerimônia um caráter popular, governos estaduais, convidados, traziam a Brasília grupos folclóricos.

Com o início do fim dos governos militares, a cerimônia foi perdendo sua pompa. Após o 15 de novembro de 1982, data da eleição direta de governadores, surgiu um ponto polêmico: os militares devem convidar Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, para a solenidade de troca do pavilhão nacional? Decidiu-se que não. Dali em diante, só o Governo do Distrito Federal cuidaria da cerimônia.

Hoje, com os ventos da Nova República, a bandeira nacional de tornou um símbolo cotidiano, usado nas passeatas e comícios sem o tom circunspeto e oficial da década de 70.

As despesas mensais gastas na confecção de uma bandeira de 286 metros quadrados parecem muito grandes. Mobilizar estados e grupos folclóricos para uma solenidade de substituição do pavilhão nacional parece não mais se harmonizar com os novos tempos. Pode ser, então, que Niemeyer e o presidente Sarney tenham sucesso em sua proposição: erigir, no lugar do Monumento ao Pavilhão Nacional, um Monumento a Tancredo Neves.

Aliás, a economia tem sido a motivação maior do presidente Sarney. Em conversa confidencial com os amigos, ele lembrou que a construção de um Memorial ou um Panteão custa muito caro e nem sempre atrai o visitante. Por isto, ele quer um monumento colocado na praça ou no parque público, onde o povo esteja sempre presente.

blica, disseram não saber de nada.

No Jaburu, local para onde se dirigiu a reportagem do CORREIO BRAZILIENSE, fomos informados, por Rosa, secretária de Dona Marly, que a primeira dama achava a visita ao Palácio da Alvorada um "fato de menor importância". Insistimos que, para nós, tinha importância e que gostaríamos de documentar a visita. Dona Marly ainda, através de sua secretária, foi rigorosa. Quería fazer a visita sem a companhia da imprensa. Nem o fotógrafo poderia entrar. Assim, não o horário da visita nos foi revelado. (MRC)



O FIM DA ERA MÉDICI

FERNANDO LEMOS
Editor-Executivo

O povo precisa participar da destruição do mastro da bandeira erigido na era Médici, como símbolo do desrespeito à cidade e dos tempos negros da ditadura. Centímetro por centímetro, a destruição do mastro da bandeira precisa ser conduzida pela população de Brasília, e não apenas por operários, como um ato cultural de alto valor simbólico. E é simbólico, também, que o mastro cuja bandeira não desceu a meio-pau, no lut oficial por Tancredo — por problemas técnicos, diriam os burocratas, mas era preciso resolver esses problemas técnicos, o que não foi feito — ceda seu lugar para o panteão em memória ao presi-

dente que não chegou a assumir o poder, mas que lançou a semente da Nova República — mesmo que não tão nova como desejariamos. Há um simbolismo muito forte na destruição do mastro, para a construção, em seu ponto, do panteão em memória de Tancredo: afinal, o mastro simbolizava a ditadura, os tempos negros da era Médici, e o panteão lembrará a figura de Tancredo Neves, o pai da Nova República, a transição da ditadura para a plena democracia. Por isso a destruição do mastro — que sempre foi repudiado pela população de Brasília — precisa transformar-se num ato cultural, do qual toda a população participe.

Consciências aliviadas

REYNALDO JARDIM
Editor de Cultura

Não se trata de gostar ou não gostar, esses critérios estéticos de chefe de seção. O mastro ganha sua nitida beleza pelo rigor de sua estrutura, pela economia de sua forma, pela singularidade de seu processo engelhístico, por sua geométrica colocação que trata com absoluto respeito o espaço circundante, sem violar o equilíbrio do largo, antes valorizando-o, aguçando-lhe a expressão. Pontuando o eixo sagital do plano piloto, sua silhueta metálica surge entre as duas torres do Congresso integrando-se, harmoniosamente, na desolada paisagem, como se o próprio Lúcio Costa houvesse marcado aquele ponto para que dele brotasse o mastro da bandeira nacional.

Condenar esse monumento pelo simples fato de que foi erguido nos tempos negros de Médici, como se ele tivesse algo com a ditadura, é o mesmo que julgar, esteticamente, as pirâmides do Egito porque foram construídas sob as ordens dos faraós pelo povo escravizado. O Coliseu não será arquitetonicamente menos belo por ter servido de circo onde os cristãos serviam de pasto aos leões.

Sob a égide de governos criminosos, de ditaduras sangüinárias, de imperares cruéis toda uma imponente arquitetura tem sido edificada através de toda a história da humanidade. E mesmo as cidades contemporâneas se erguem debaixo da fúria dos sistemas capitalistas e comunistas. O espírito democrata que fez de Brasília uma cidade de castas setorializadas, com seus palácios de mármore para abrigar o Poder Todo Poderoso, custou vidas, sofrimentos, enriqueceu os ricos e empobreceu os pobres.

Não acredito na ingenuidade que planeja ter sido esta cidade inofensiva para abrigar, democraticamente, nos mesmos espaços, os ricos e os pobres, como se o urbanismo fosse capaz de liquidar com as di-

ferenças sociais e culturais, com as classes dos explorados e dos explorados.

Com Brasília acontece o que acontece com todas as grandes cidades. Joga para a periferia os de menor poder econômico. Pretender que os perfumados filhos da burguesia convivam com a feiura, doença, sujeira dos pobres, dos expoliados não é ser romântico e ingênuo. E ser, obtusamente, de uma burrice sem limites. Para quem pode suportar o custo de vida, talvez o mais alto do País, Brasília, com seus verdes e seus abertos é boa de viver, enquanto Plano Piloto. Quero ver é habitar um barraco na Ceilândia e louvar Niemeyer e Lúcio Costa.

Impossibilitada, por acordo e conchavos políticos de julgar a história recente, a intelectualidade candanga elege o Mastro como o signo do mal. E pretende concentrar nele seu ódio. Evidentemente um ódio mal endereçado, contra um inimigo estático e passivo. Enquanto isso a impunidade passa acautelada pela Justiça amordaçada, comprometida, estratégica, oportunista.

Mas é bom lembrar que o mastro, como os palácios magníficos, as mansões da Península, foi erguido por maos operárias, idealizado o pelo gênio arquitetônico de Sérgio Bernardes aliado pela ditadura da Novacap, como todos os outros arquitetos do País, de qualquer participação na edificação desta capital.

Este deve ser um tempo de dessacralização. Respeitando o desenho original de Lúcio Costa o espaço candango precisa ser aberto e ocupado por outros criadores brasileiros.

Quando o urbanismo quer vir antes da economia, da filosofia, da sociologia acontecem Brasília elitistas e poderosas. O povo? O povo que se dane nas periferias da vida. E o mastro que pague o pato. Sua derrubada deixará consciências aliviadas.